

O ESTADO ACTUAL DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

- *Problemas e desafios à organização profissional*

Alcina Martins* e Maria Rosa Tomé**

Faz-se uma abordagem preliminar do estado actual da formação em Serviço Social, incidindo sobre 3 questões que atravessam a actual conjuntura do ensino superior em Portugal:

O Crescimento e desenvolvimento da formação em Serviço Social (SS) nas duas últimas décadas; as relações actuais do ensino público e privado na formação em SS e por último, a relação entre crescimento, desenvolvimento e qualidade face à desregulamentação que tem pautado esta formação.

I – Crescimento e desenvolvimento do Serviço Social em Portugal

1. Estabelecimentos de ensino superior (EES) com formação graduada e pós-graduada em Serviço Social

A análise feita a partir das escolas permite-nos afirmar que houve um grande crescimento e desenvolvimento desta formação no decurso do século XX e XXI.

Após a atribuição do grau académico de licenciatura (1989), assiste-se a um crescimento do número de EES com o curso de SS, ao aumento do número de alunos e de profissionais que vêem o mercado de trabalho alargar-se, e ao acesso à carreira técnica superior de Serviço Social (1991).

A formação dos primeiros mestres em SS, ao abrigo da cooperação científica entre o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), inicia-se em 1987, inserindo-se no processo de qualificação académica e luta pela obtenção do grau de licenciatura. Em 1995 o Ministério da tutela confere ao ISSSL e ao ISSSP a concessão para atribuição do grau de mestre.

Em 1997 a parceria ISSSL/PUC-SP dá início aos primeiros cursos de doutoramento em SS, no entanto será em 2003 que se criam os primeiros em universidades portuguesas: um em Ciências do Serviço Social que resultou de um Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Porto – Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar e o ISSSP (UP-ISSSP)

* Doutora em Serviço Social, Directora da licenciatura e coordenadora do mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga, (ISMT), Coimbra - Portugal alcina_martins@sapo.pt

* * Mestre em Serviço Social, professora da licenciatura e mestrado em Serviço Social, no ISMT, doutoranda em Letras na Universidade de Coimbra – Portugal, rosa_tome@hotmail.com

e o doutoramento em SS pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas (UCP – FCH). Em 2004 o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em cooperação com o ISSSL dá início a um novo curso de Doutoramento.

Presentemente, o curso de licenciatura em SS encontra-se em 20 EES¹. As três primeiras escolas foram criadas entre 1935 e 1956 (ISSL, ENS², ISSP), na década de 90 foram criados mais 5 cursos: no Instituto Superior de Serviço Social de Beja (ISSSB), no Instituto Superior Bissaya Barreto (ISBB) e em 3 Universidades privadas: UCP – FCH, Universidade Fernando Pessoa (UFP) e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).

De 2000 a 2008 o curso alarga-se aos pólos de Braga e Viseu da UCP, aos Institutos politécnicos privados: Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo (ISCET) e Instituto Superior Politécnico Gaya (ISPG) e implanta-se no ensino superior público, tanto no universitário: Universidade dos Açores (UA), Universidade da Madeira (UMA), Universidade de Coimbra (UC), Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD); como no politécnico: os Institutos de Leiria, Viseu, Castelo Branco, Portalegre e Beja.

Em 2006/07, o curso é extinto em 2 das escolas: o ISSSB e o ISBB e o ISSSL foi integrado na Universidade de Lusíada de Lisboa (ULL).

Assim a licenciatura em SS (1º ciclo) está inserida em todos os tipos de ensino superior: no ensino privado registam-se 10 cursos 8 no universitário e 2 no politécnico. No ensino público temos 10 cursos, 5 no universitário e 5 no politécnico.

Actualmente os 8 cursos de mestrado (2º ciclo) em SS são todos do privado universitário (não se incluiu o curso criado em 2002 pelo ISSSB). O ensino politécnico, quer privado, quer público não oferece nenhum curso de mestrado em SS.

Antes do processo de adequação a Bolonha existiam 3 programas de doutoramento em SS, 2 em cooperação com universidades públicas e 1 no ensino concordatário.

2. O Processo de Bolonha e as alterações à formação em Serviço Social

O processo de Bolonha tem por base um compromisso, assumido em 1999 por governantes de países europeus, que pretende harmonizar, até 2010, os graus e diplomas atribuídos, para facilitar as equivalências de cursos nas universidades dos 45 estados

¹ Não estão contemplados os cursos de SS no ISBB e ISSSB por se encontrarem a terminar esta formação, não tendo abertos inscrições para o 1º ano desde 2006.

² A ENS posteriormente Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra e a partir de 1998 ISMT.

subscritores, a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes no espaço comunitário (Martins, A; 2007: 1 e 2).

Se tomarmos por referência as exigências colocadas pelo Decreto Lei nº 74/2006 de 24 de Março, que procede à regulamentação das alterações introduzidas pela Lei de Bases do sistema educativo relativas ao novo modelo de organização do ensino superior no que respeita aos ciclos de estudo, no total passam a ter uma duração máxima de 8 anos. A licenciatura e o mestrado 1º e 2º ciclos devem perfazer 5 anos e o 3º ciclo, doutoramento 3 anos.

No caso do SS a questão do tempo da formação ganhou uma centralidade no debate académico e profissional que muito advém da sua trajectória. Com a atribuição do grau de licenciatura em 1989 o curso de SS passou a ter a duração de 5 anos. Em 1994 o recém criado ISBB reduz a licenciatura a 4 anos, no início do séc XXI outras escolas procedem a esta redução e em 2002 com a introdução da licenciatura bietápica - 3 anos para obter o bacharelato e 1 ano para a licenciatura – nos Institutos Politécnicos, a duração da formação em SS deixa de ser homogénea, transformando-se numa questão central no processo de adequação dos cursos a Bolonha.

Neste sentido as organizações da categoria promoveram encontros e debates que resultaram no documento “Posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o processo de Bolonha e a formação em Serviço Social” (Fevereiro de 2006), subscrito pelo Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares (CISSEI), Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS) e Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS). A posição defendida quanto à duração do 1º ciclo ser “preferentemente de 8 semestres (240 ECTS)” terá influenciado a decisão tomada pelas escolas históricas de 7 semestres e que veio a ser seguida pelo ensino superior privado e público universitário em SS (à revelia da pressão externa e da solução adoptada de 6 semestres pelos cursos das Ciências Sociais) (Tomé, R, 2007).

Em Março e Novembro de 2006, os EES público e privado apresentaram à Direcção Geral de Ensino Superior (DGES), as propostas de reestruturação dos cursos existentes para registo de adequação e autorização de funcionamento, no âmbito de Bolonha.

Assim, dos 20 programas de 1º ciclo em SS, 11 apresentam uma duração de 7 semestres e os restantes, 6 semestres.

Todos os cursos do ensino universitário público e privado apresentam 7 semestres, com excepção da UFP e ULHT. Estes 2 e todos os do politécnico, público e privado, têm

uma duração de 6 semestres. Por consequência, dos 8 cursos de 2º ciclo, 6 têm a duração de 3 semestres (ISMT, ISSSP, ULL/ ISSSL e os 3 cursos da UCP – FCS, CH e Beiras) e 2 cursos 4 semestres (UFP e ULHT). Os 2 cursos de doutoramento têm a duração de 3 anos e apresentam registo de adequação ao processo de Bolonha (UCP-FCH e ULL- ISSSL). Assim, em 2007/08 todos o ciclos funcionaram já segundo as orientações de Bolonha.

Retomando as propostas da APSS, verificamos que foram atendidas na sua globalidade, não só pela influência exercida nas decisões tomadas quanto à duração do 1º ciclo, à importância do “princípio da transparência da designação dos cursos de ensino superior, preconizando a substituição das designações de “Trabalho Social” e “Política Social” por Serviço Social, mas também quanto à recusa de “soluções de tronco comum a outras formações em Ciências Sociais” e à componente do estágio supervisionado. Foi também proposta a criação de uma norma base para a regulamentação da formação, que ainda não ocorreu.

Existindo desde 2004 o documento aprovado em Adelaide, Australia, pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e pela Federação Internacional de Assistentes Sociais, relativo aos “Padrões globais para a educação e formação na profissão de Serviço Social”, em Portugal ainda não foi alvo de discussão.

As escolas tiveram então uma ampla autonomia na reformulação dos planos curriculares. Apesar da sua pertinência, a análise desses planos não constitui objecto desta comunicação.

Primeiras consequências do processo de adequação a Bolonha na formação:

1º O grau de bacharelato em SS existente no ensino politécnico deixou de existir. Ao 1º ciclo corresponde unicamente o grau de licenciado.

2º A uniformização da designação de SS nos 1º e 2º ciclos pôs termo às designações de Trabalho Social, Política Social e Intervenção Social e Comunitária nos cursos da UTAD, UFP, ISCSP- UTL e ISPG.

3º Foi nomeada em 2006 uma Comissão de Especialistas em Serviço Social, constituída pela primeira vez por AS, que junto da DGES tem vindo a dar parecer sobre os pedidos de autorização de novos cursos do 1º, 2º e 3º ciclos em SS apresentados, exclusivamente, pelo ensino superior particular e cooperativo.

3. Análise da formação em Serviço Social a partir das estatísticas do ensino superior

O crescimento da formação em SS é analisado ao nível nacional, relativamente às vagas, aos inscritos e aos diplomados pelos EES³, a partir dos anos 90, através das estatísticas e da informação disponibilizada pelo Observatório do Ensino superior (OCES) e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARI), consultadas em Fevereiro de 2008.

3.1. Vagas e inscritos nos EES com curso de Serviço Social

O número de vagas de acesso à licenciatura em SS não tem deixado de crescer. Em 1993/1994 5 cursos apresentavam um total de 570 vagas (Martins e Coutinho, 1995: 49)⁴. Em 2007/2008 20 cursos oferecem 1208 vagas⁵, atingindo-se o valor mais elevado em 2006/07 com 1433. Em 15 anos a oferta cresceu na ordem dos 212%.

Analisando, neste período a oferta por tipo de ensino, constata-se que o *ensino privado universitário* é o que apresenta maior número de vagas, passa de 570 para 960 entre 1993/94 e 2006/07. Em 2007/08 reduziu para 620, devido, entre outros factores, à desactivação do curso no ISBB e ISSSB e à não informação das vagas nos 3 cursos da UCP. Ainda assim, continua a ser este o tipo de ensino com maior oferta face aos restantes. O *ensino público universitário* em 2000/2001 oferecia 25 vagas e no presente ano ofereceu 198.

No ensino *politécnico público*, de 2002/2003 para 2007/08, o número de vagas cresceu de 40 para 295, incluindo 80 para os cursos pós-laboral. O *privado politécnico* é o que menos oferta apresenta, apesar de quase duplicarem as vagas – de 50 para 95 (de 2004/05 a 2007/08).

Analisando a relação entre o número total de vagas disponibilizadas e os alunos inscritos pela primeira vez, no 1º ano até Dezembro⁶, verifica-se que em 1997 a relação foi de 665 para 559 inscritos, não sendo as vagas totalmente preenchidas.

Nos 5 anos que se seguiram o total de inscritos em cada ano superou sempre, as vagas existentes, mas a partir de 2003/04 a situação inverte-se, a variação é negativa,

³ Nesta análise não se contemplam dados relativos aos cursos, que antes da adequação a Bolonha, apresentavam designações que não de SS.

⁴ Informação recolhida pelas autoras junto dos Institutos então existentes.

⁵ Cf. GPEARI, *Vagas e Inscritos no 1º ano pela 1ª vez: de 1997-1998 a 2006-2007*, Jan 2008 <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/?idc=21&idi=203500> e Site oficial da DGES - Acesso ao Ensino Superior <http://www.acessoensinosuperior.pt>.

⁶ GPEARI, *Vagas e Inscritos no 1º ano pela 1ª vez: de 1997-1998 a 2006-2007*, Jan 2008 <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/?idc=21&idi=203500>

atingindo o valor mais elevado em 2005/06 em que 409 vagas ficaram por preencher. Contudo, em 2006/07 nenhum curso de 1º ciclo tem menos de 24 inscritos.

3.2 . Os diplomados em Serviço Social

Até 1992 diplomaram-se 4540 AS (Martins e Coutinho, 1995: 50). De 1993 a 2003 formaram-se 4770 e entre 2004 e 2006 2501⁷, o que dá um total de 11811 Assistentes Sociais diplomados em Portugal. Assim, a taxa de evolução dos diplomados em Portugal de 1992 a 2006 é de 260,2.

Em 1993 diplomaram-se 265 AS, em 2003 534 e em 2006 999. Nos 3 últimos anos formaram-se mais de metade (52,4%) dos diplomados comparativamente ao período de 1993 a 2003. E nesta década formaram-se mais do que nos primeiros 57 anos da formação em SS.

Até 1992, os diplomados são-no em exclusivo pelos Institutos de Lisboa, Coimbra e Porto. Na década de 90 crescem os do ISBB e do ISSSB.

No início do século XXI juntam-se os diplomados da UCP-FCH, da ULTH e da UFP. Em 2004 surgem os primeiros diplomados pelo universitário público: UA. No ano seguinte pelo público politécnico: IPL⁸. Do privado politécnico ainda não se formou nenhum AS.

Fazendo uma leitura por EES de 1993 a 2006 verifica-se que o maior número de diplomados saíram dos 3 Institutos fundadores: ISMT (1855), ISSSL (1723) e ISSSP (1243). Seguiram-se os do ISBB (705), ISSSB (701), os dos cursos da UCP de Lisboa e de Braga que perfazem 555 e ainda no ensino superior privado universitário os diplomados pela ULTH (217) e pela UFP (117). O número de diplomados pelo ensino público: UA e IPL são, respectivamente, de 83 e 72 AS.

3. 3. Relação entre diplomados e empregabilidade

Hoje na agenda política, a relação entre diplomados e empregabilidade é uma questão, que consoante o tipo de abordagem que tenhamos da relação ensino superior e sociedade ganha diferentes contornos.

Segundo Mariana Alves numa perspectiva de cariz académico, “a qualidade não é determinada pela capacidade do diplomado em se inserir profissionalmente, mas adquire um sentido mais amplo de benefício para a sociedade em termos culturais e científicos. O

⁷ GPEARI, Diplomados no Ensino Superior 1993-2002, Diplomados no Ensino Superior 2002-2003, 2004; Diplomados no Ensino Superior 2003-2004, 2005; Diplomados no Ensino Superior 2004-2005, 2006; Sucesso Escolar no Ensino Superior: Diplomados em 2005-2006, 2007: <http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/?action=5&idt=58>

⁸ Só foram registados os diplomados com licenciatura bietápica.

acesso ao ensino superior é percepcionado como um direito fundamental de qualquer cidadão” (Alves, 2007: 220).

Numa perspectiva de cariz funcionalista esta relação “assenta numa racionalidade técnico-instrumental, em que a educação é reduzida à sua função de preparação para o trabalho e de contributo para a economia. Neste quadro a qualidade do sistema é determinada pela capacidade e/ ou pela facilidade do diplomado em se inserir profissionalmente” (Alves, 2007: 218).

A regulação do ensino superior reflecte esta última perspectiva, nomeadamente, na avaliação oficial dos cursos. Apesar do nosso país ainda estar longe de atingir as percentagens de diplomados pelo ensino superior dos países mais desenvolvidos da União Europeia, começa já a apresentar problemas de desemprego.

Segundo a avaliação da Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Acção Social (2005), relativa à empregabilidade dos diplomados pelos 7 cursos de SS, estes licenciados “(...), não têm actualmente grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho embora, se vislumbrem alguns factores de constrangimento quanto a futura empregabilidade” (CNAVES, 2005: 13).

Actualmente, o Relatório “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior”⁹, GPEARI (2008), vem mostrar que a situação relativa aos licenciados em SS se alterou. Segundo os dados divulgados, 4,5 % dos desempregados diplomados em EES são da área dos “serviços sociais” (1735)¹⁰. Esta área diplomou 12719, isto é 2,2 % do total dos diplomados no ensino superior entre 1996/97 e 2005/06.

Incidindo a nossa análise sobre os licenciados em SS verificamos que este é o curso mais representativo na área. Entre 1996/97 e 2005/06 diplomaram-se 5869 em SS e em Dezembro de 2007 encontravam-se registados nos centros de emprego do continente 812 AS. Destes, 416 procuravam o 1º emprego e 316 procuravam um novo emprego, todos há menos de um ano. Registe-se que procuram emprego há mais de um ano, 80 AS: em relação ao 1º emprego 29 e a um novo emprego 51.

⁹ Este Relatório baseou-se nas seguintes fontes: candidatos a emprego inscritos nos centros de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional e na informação dos diplomados fornecida pelos EES e recolhida, anualmente, por este Gabinete. Após a consulta do Relatório e das estatísticas “Diplomados/ Desempregados”, publicadas pelo GPEARI, verificamos que as conclusões do estudo assentam no cruzamento de informação recolhida em períodos distintos, o que distorce a realidade. Há registo dos desempregados até Dezembro de 2007, mas o número de diplomados só diz respeito até 2005/06, não tendo sido incluídos os que concluíram os cursos até Dez. 2007 e que entretanto se candidataram ao emprego.

¹⁰ O curso de SS foi integrado na área designada dos “Serviços Sociais” que abrange cursos como Animação Sócio-Cultural, Educação Social e Política Social.

A diferença entre a percentagem dos desempregados e a percentagem dos diplomados, isto é o coeficiente de distribuição, é de 2,3 para a área dos “Serviços Sociais”, contra 1,09 para o SS.

Ora, se o desenvolvimento do país não pode prescindir de recursos humanos qualificados, o que se regista nos últimos 3 anos é uma redução significativa do emprego para quadros superiores e dirigentes da Administração Pública e empresas (vejam-se *Estatísticas de Emprego*, INE).

No caso do SS verifica-se, por um lado, nos últimos anos o crescimento desta licenciatura em escolas privadas, mas sobretudo públicas e consequentemente de vagas, inscritos e diplomados, e por outro lado, a perda crescente de emprego na Administração Pública, que não é invertida pela criação de novos empregos por outros sectores.

Se a situação de desemprego é preocupante, a do emprego precário não o será menos, merecendo o desenvolvimento de estudos e de uma cuidada atenção.

II - As relações entre o ensino público e privado na formação em Serviço Social

1. A formação em SS no contexto das transformações do ensino superior na última década

A formação em SS desenvolve-se até ao século XXI, exclusivamente, no âmbito do ensino privado universitário, ao contrário do que se passa na maioria dos países europeus e em geral, ao nível internacional em que o direito à educação pública não excluiu esta área do conhecimento.

Até aos anos 90 são os 3 Institutos do ensino particular e cooperativo com funções semelhantes às da universidade pública, que assumiram como “missão” o desenvolvimento da formação académica - licenciatura, mestrado e doutoramento - através de um processo longo e complexo atravessado por lutas que conduziram à garantia do direito a esta formação.

Estes institutos como instituições não lucrativas, confrontaram-se na sua trajectória com situações de crise que advinham inclusive de constrangimentos financeiros. Não sendo uma situação desejada, os institutos lutaram juntamente com os AS e as suas organizações, antes e após Abril de 1974, pela integração do curso no ensino público. Veja-se, em 2002 as conclusões do 1º Congresso Nacional de Serviço Social (Henríquez e Farinha, 2003).

Assim, como entender o surgimento tardio do ensino público em SS? Sendo a conjuntura sócio-política de crise do Estado Social com a tendência para a privatização crescente do ensino e o aumento da contribuição dos alunos e das suas famílias para o

custear, como entender que o SS se tenha expandido precisamente nesse contexto tanto ao nível universitário como politécnico? As transformações do ensino superior ocorridas nas últimas décadas poderão trazer alguns contributos a esta reflexão.

Segundo António Magalhães a expansão acelerada do sistema de ensino superior em Portugal deve-se fundamentalmente à expansão do sector privado” que foi capaz de dar resposta à crescente pressão da procura social de ensino superior, nomeadamente aqueles que ficaram afastados do sistema público pela política do *numerus clausus*. Afirmar ainda que é o “único país da Europa ocidental que conheceu um tão grande desenvolvimento do sector privado e onde, desde cedo, a tendência para as instituições politécnicas “imitarem” o “sucesso” do sector universitário (Magalhães, 2004: 220, 221).

A actividade deste sector concentra-se num número restrito de áreas científicas e disciplinares, em geral aquelas que requerem um menor investimento em estruturas educativas e de investigação, como a Gestão, as Ciências Sociais, o Direito e as Humanidades: 60% dos estudantes do sector privado estão concentrados nas áreas das Ciências Sociais e do Comportamento, Gestão e Direito, contra 25% no sector público (Magalhães, 2004: 310).

Na nova ordem política para o ensino superior verifica-se a utilização de mecanismos tipo mercado como reguladores do sector público (Amaral; Rosa, 2004: 1). Até finais dos anos 90 no sector público a procura social excedia largamente a oferta, não existindo competição entre as instituições para captar estudantes (clientes). O sector privado era quase sempre uma segunda escolha, acolhendo, em 2001, 1/ 3 dos estudantes do ensino superior (Magalhães, 2004: 310). No início do século XXI , e segundo Boaventura de Sousa Santos “a universidade de criadora de condições para a concorrência e para o sucesso no mercado, transforma-se ela própria, gradualmente, num objecto de concorrência, ou seja, num mercado” (Santos, 2004: 16).

É neste contexto que a licenciatura em SS é capturada pelo ensino público, quer universitário, quer politécnico, potenciando recursos humanos disponíveis nestas instituições. No presente ano lectivo, a oferta de vagas em SS no ensino público (493) é já de 40,8% do total (1208)¹¹.

Ao invés do que se verifica noutras áreas do conhecimento, em que, salvo raras excepções, os EES privados não competem com os do sector público, presentemente, no caso do SS são os EES públicos que competem com os privados.

¹¹ Cf. DGES - Acesso ao Ensino Superior <http://www.acessoensinosuperior.pt>

Veja-se a disputa do mercado com a análise dos inscritos em SS a 31 de Dezembro, de 2000/01 a 2006/07, no ensino público e privado.

No ensino privado o número de inscritos foi crescente até 2002/03, a partir desta data declina, registando-se em 2005/06 o valor mais baixo. No ensino público, pelo contrário, não para de crescer, aproximando-se dos valores apresentados pelo ensino privado. Em 2005/06 os inscritos são 330 para o público e 534 para o privado. No ano lectivo 2006/07 a diferença entre os inscritos no ensino privado e no ensino público foi apenas de 150 alunos¹².

Quanto à nota de candidatura do último colocado em 2005/06, no ensino público verifica-se que o valor mais baixo era de 116,5 e o mais elevado 156,5 ¹³, sendo a média mais elevada nos EES universitário do que politécnico. Não se dispõem de valores a este respeito no ensino privado.

2. Distribuição regional dos EES com formação em Serviço Social

A expansão dos cursos de SS no ensino público ocorre nas universidades e nos Institutos politécnicos que já por si contribuem para uma distribuição regional mais equilibrada do direito ao ensino público, por este tipo de acessibilidade e pelo preço do ensino, que não sendo gratuito é mais barato que o privado.

Se até 1990 os 3 Institutos de SS se concentravam nas principais zonas urbanas do litoral, Lisboa, Porto e Coimbra na década de 90, a este nível, poucas alterações se registam.

Os cursos criados pelo ISBB, UCP, UFP e ULTH instalaram-se em Coimbra, Porto e na capital, regiões já dotadas de oferta de ensino superior, nomeadamente de SS. A criação do ISSSB permitiu estender a oferta ao Atentejo e ao Algarve.

O ensino público expandiu entretanto o curso às ilhas dos Açores e da Madeira; às regiões do interior centro: Portalegre, Castelo Branco; ao norte: Lamego e Miranda do Douro e reforçou a zona litoral de Leiria, Coimbra e Lisboa e o ensino concordatário a Braga e a Viseu. A situação descrita refere-se unicamente ao 1º ciclo, por outras palavras, o direito ao ensino público em SS ainda não se efectiva ao nível do mestrado e doutoramento.

Os 8 cursos de mestrado são oferecidos pelo ensino universitário privado, concentrando-se 3 em Lisboa, 2 no Porto e 1 em Coimbra, em Braga e em Viseu. Se bem

¹² Cf. GPEARI, *Vagas e Inscritos no 1º ano pela 1ª vez: de 1997-1998 a 2006-2007*, Jan 2008.
<http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/?idc=21&idi=203500>

¹³ DGES - Acesso ao Ensino Superior <http://www.acessoensinosuperior.pt>

que universidades públicas tenham apoiado a criação de cursos de doutoramento em parceria com EES universitário privado, ainda não há nenhum curso a funcionar exclusivamente no ensino público. Os cursos existentes concentram-se em Lisboa.

III – Questões e desafios que se colocam à formação em Serviço Social

Da análise efectuada ao estado actual da formação ressaltam algumas questões e desafios a enfrentar.

1º A Relação entre crescimento, desenvolvimento e qualidade da formação. Se esta relação resultou, inicialmente, do papel preponderante do ensino universitário privado, nos últimos anos, e de forma galopante, foi também assumido pelo ensino público, universitário e politécnico. Toda a trajectória da área, incluindo a adequação ao processo de Bolonha foi sendo realizada sem regulamentação. A autonomia das escolas foi quase total, não tendo existido directrizes gerais próprias da profissão para a definição dos planos de estudo.

2º A relação formação-profissão. As profissões, como a de SS, que inscrevem no seu projecto ético-político a defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, não devem ficar sujeitas às contingências do mercado, e por isso têm de se propor garantir uma auto-regulamentação, quer para a formação quer para a profissão.

A expansão de diplomados com diferentes graus, tipos e duração de formação, juntamente com os problemas decorrentes das alterações do mercado de trabalho e do exercício profissional, o crescimento do desemprego, da precaridade e as respectivas consequências no trabalho em prol da efectivação dos direitos das populações, tornam urgente o reforço da organização da profissão.

As organizações internacionais têm produzido documentação, veja-se o trabalho atrás referido da AIESS e a FIAS, relativo aos padrões globais para a formação em SS (AIETS; FITS, 2004). Assim consideramos que a formação em SS é um dos principais desafios que deve voltar a ser prioridade na agenda das organizações profissionais.

Decorridos 2 anos, sobre a proposta no âmbito da formação em SS e Bolonha, das organizações da profissão (APSS, SNPSS, CPIHTS, AIDSS e CISSEI) “para o estabelecimento de uma norma base de regulamentação da formação”, propomos que sejam retomados os trabalhos.

Nesse sentido, é urgente que as organizações dinamizem a constituição de um grupo de trabalho com os AS responsáveis pela área científica de SS dos cursos e que de forma articulada promovam o debate, definam e produzam atempadamente a documentação

sobre padrões, orientações e recomendações para a qualidade da formação, a ser presente às autoridades científicas e se constitua como referência, para a avaliação e a acreditação dos cursos.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Alberto, ROSA, M. João (2004) *A alteração do relacionamento entre as instituições de ensino superior e o Estado e as suas consequências em termos da qualidade*, Fundação das Universidades Portuguesas, 22 de Maio.

APSS (2006), *Posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o processo de Bolonha e a formação em Serviço Social*,
<http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSICAO%20DA%20APSS.pdf>

CNAVES, Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Acção Social (2005), *Relatório Síntese Global*.

HENRÍQUEZ, B Alfredo; FARINHA, M. A (org) (2003), *Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional – I Congresso Nacional de Serviço Social*, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social

IASSW, AIETS (2004), *Estándares Globales para la Educación y Capacitación del Trabajo Social*, <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>

INE (2007), *Estatísticas do Emprego – 4º Trimestre 2007*.

KARSCH, Ursula (org) (2005) *Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II*, São Paulo, Editora EDUC.

MAGALHÃES, António (2004), *A identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

MARTINS, Alcina (2007), *O processo de Bolonha e a formação em Serviço Social- questões e problemas*,
<http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>

MARTINS, Alcina; COUTINHO, Manuela (1995), “Le Travail Social au Portugal” – vol. II , *Vie Sociale*, nº 4, pp. 42 –59.

TOMÉ, M. Rosa (2007), *O processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão*, 3º Seminário Nacional – Estado e Políticas Sociais no Brasil, Cascavel, 23 a 25 de Agosto, <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tomé.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004), *A Universidade no Século XXI: para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*, São Paulo, Cortez Editora.